M. P. C. G. - Instituto de Pesquisa Econômico-Social Aplicada - (IPEA)
SETOR DE DOCUMENTAÇÃO

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL

IPEA - Área de Desenvolvimento Regional e Social

RELATORIO DE ACOMPANHAMENTO DA AÇÃO COORDENADA DO GOVÊRNO FEDERAL NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

IPEA
066

Maio, 1969

Doação 4,00

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO
INSTITUTO DE PESQUISA
ECONÔMICO-SOCIAL APLICADA
(IPEA)
F N.º 3550
Data 24 / 6 / 69

NOTA INTRODUTÓRIA

A transferência temporária do Executivo Federal para as distintas regiões ou Estados é decisão que o atual Govêrno vem dando efetivo cumprimento, com apreciáveis resultados no sentido de uma coordenação de esforços dos setores públicos federal e estadual, que se traduzem dos documentos de Ação Coordenada.

Em relação ao Rio Grande do Sul, onde o Executivo Federal estêve instalado em abril de 1968, foram aprovados pela Presidência da República um elenco de medidas, projetos e programas prioritários para execução no período de 1968/70, em sua maior parte, inclusive, integrando o Programa Estratégico de Desenvolvimento.

O acompanhamento da execução e implementação do Programa Estratégico, de que os documentos de Ação Coordenada representam uma extensão, tem sido uma preocupação muito precisa do Govêrno Federal, traduzida inclusive no Decreto nº 64.031 de 27 de janeiro de 1969 instituído o Sistema de Acompanhamento da Execução do Programa Estratégico de Desenvolvimento.

Consoante essa linha de ação, já em fins de 1968 foi criado Grupo de Trabalho especial para efetuar o acompanhamento da Ação Coordenada Federal no Rio Grande do Sul, contando com representantes do Govêrno do Estado, da Superintendência da Região Sul (SUDESUL) e orientada pelo Ministério do Planejamento e Coordenação Geral.

O resultado dêsse esfôrço de acompanhamento e avaliação, para que contribuíram com informações e estudos os vários órgãos federais e estaduais com responsabilidade de programas e projetos no Rio Grande do Sul, é apresentado no relatório que ora se apresenta.

Maio de 1969

GRUPO DE ACOMPANHAMENTO DA AÇÃO COORDENADA DO GOVÊRNO FEDERAL NO RIO GRANDE DO SUL.

Coordenação Técnica

IPEA - Área de Desenvolvimento Regional e Social

- Vinicius Fonseca
- Paulo Dante Coelho
- Leandro Amaral Lopes

Govêrno Estado Rio Grande do Sul

- Jorge Moreira
- Hélio Moro Mariante

SUDESUL

- Nestor Becker
- Edson Chaves

INDICE

	Página
1 - TRANSPORTE	1
2 - ENERGIA	9
3 - COMUNICAÇOES	13
4 - INDUSTRIA E MINERAÇÃO	15
5 - AGROPECUÁRIA	16
6 - EDUCAÇÃO	21
7 - HABITAÇÃO	22
8 - SAÚDE E SANEAMENTO	25

1 - TRANSPORTES

1.1 - Transportes Rodoviários

Neste setor o Govêrno Federal, através do Ministério dos Transportes, implantou no Estado do Rio Grande do Sul (em 1968) 157,0 km de rodovias novas, pavimentou 158,0 km e concluiu 3 000 m de pontes.

Os investimentos realizados alcançaram no exercício o total de NCr$ 89 016 949,90.

Desta forma os objetivos expressos na Programação Trienal de obras do DNER, e ratificados no documento da Ação Coordenada do Govêrno Federal no Estado do Rio Grande do Sul, estão sendo plenamente cumpridos.

As obras realizadas foram as seguintes:

1.1.1 - BR-101 - Osório-Tôrres (99,5 km)

O citado trecho teve sua pavimentação concluída em 1968, tendo sido entregue ao tráfego por ocasião da estada do Govêrno Federal no Estado, em abril de 1968.

1.1.2 - BR-116-a) Pelotas-Jaguarão (135,7 km)

Neste trecho (135,7 km) estão em implantação 85,1 km, dos quais 63,0 km já concluídos. Para alcançar a fronteira, pretende-se implantar os restantes 50,6 km no curso de 1969/70.

Objetivando conseguir financiamento do BID, já foi contratado o Estudo de Viabilidade e Projeto de Engenharia Final da pavimentação do trecho restante, estudos êsses que deverão estar concluídos no 2º semestre de 1969.

b) São Leopoldo - Estância Velha (12,0 km)

O trecho São Leopoldo-Estância Velha, com extensão de 12,0 km, será duplicado ainda neste Govêrno.

1.1.3 - BR-153-Estreito (Divisa SC/RS)-Aceguá (Divisa BR/UR)

Estão sendo iniciados os Estudos de Viabilidade de Geribá - (BR-290) - Bagé-Aceguá com 60 km, objetivando sua pavimentação.

O trecho Erechim-Estreito (Divisa SC/RS) é atualmente objeto de Estudo de Viabilidade para conclusão da implantação e pavimentação.

Tais estudos deverão ser apresentados no segundo semestre de 1969, quando serão encaminhados ao BID, para financiamento.

Em 1968 foi contratada a ponte sôbre o Rio Uruguai (Divisa RS/SC), em Goio-en, com extensão de 400 m e valor aproximado de NCr$ 5 000,00.

1.1.4 - BR-158: Divisa SC/RS - Livramento

Está em fase de contratação o projeto final de engenharia do trecho Julio de Castilhos-Santa Maria, com extensão de 58 km, objetivando pavimentação, obras que deverão ser financiadas pelo Banco Mundial, devendo ser iniciadas provàvelmente em abril do próximo ano e podendo estar concluídas até o final do ano.

O trecho Rosário-Livramento, integrante das chamadas Rodovias Multinacionais, está com os serviços de estudo de viabilidade e projeto final de engenharia contratados em fase inicial, devendo ficar concluídos no segundo semestre, para posterior proposta de financiamento ao BID.

Estão sendo contratadas as últimas obras de arte especiais — três viadutos sôbre a V.F.R.G.S. com a extensão total de 200 m, que deverão estar concluídos no prazo de 240 dias.

1.1.5 - BR-290-Pôrto Alegre-Uruguaiana

A grande transversal do Rio Grande do Sul, que liga o Litoral a Fronteira com a Argentina, vem sendo executada com primoroso apuro técnico. Está implantado o trecho de Pôrto Alegre a Alegrete, e sua pavimentação, com a produção de 85,5 km em 1968, alcançou São Gabriel perfazendo uma extensão total pavimentada de 321,7 km.

Os trabalhos de pavimentação desenvolvem-se em ritmo acelerado no trecho São Gabriel-Rosário, com a extensão de 63,0 km, o qual deverá estar integralmente pavimentado até o mês de junho dêste ano.

O trecho Rosário-Alegrete encontra-se com obras de pavimentação contratadas em tôda sua extensão (97,5 km), devendo o ritmo ser acelerado após a conclusão do trecho anterior.

Finalmente, de Alegrete-Uruguaiana o estudo de viabilidade e o projeto final de engenharia foram concluídos, verificando-se a praticabilidade econômica do empreendimento. Será imediatamente proposto ao BID o financiamento de sua pavimentação, tendo em vista tratar-se de Rodovia Multinacional.

Resta salientar que em 1968, foram concluídas, nesta rodovia, sete (7) pontes perfazendo uma extensão total de 2 196 m, dentre as quais destaca-se a Ponte sôbre o Rio Santa Maria, em Rosário do Sul, com o vão total de 1 772 m, a maior ponte rodoviária do Estado.

1.1.6 - BR-293: Pelotas-Uruguaiana

Esta rodovia, com uma extensão total de 558 km e 158 km parcialmente implantados em exercícios anteriores, não teve qualquer alteração na sua situação física em 1968.

Foram, no entanto, realizados diretamente pelo 10º Distrito Rodoviário Federal os estudos de viabilidade objetivando financiamento do BNDE para concluir a implantação básica entre Livramento e Pelotas, com características de baixo custo.

1.1.7 - BR-377: Caràzinho-Quaraí

O evento mais significativo foi a execução em tempo reduzido da "Ponte Internacional da Amizade", ligando a cidade brasileira de Quaraí a Artigas, no Uruguai, com a extensão de 750,0 m. Essa obra foi inaugurada por Sua Excelência o Sr. Presidente da República, no exercício de 1968.

1.1.8 - BR-392: Pelotas-Canguçu

Êste trecho, com a extensão de 55,6 km, encontra-se delegado ao DAER/RS, prevendo-se a sua conclusão até 1970.

1.1.9 - BR-386: Rodovia Presidente Kennedy

O Govêrno Federal participará da execução desta rodovia no ano de 1969, havendo destinado a importância de NCr$ 5 000 000,00.

a) Trecho Canoas-Tàbaí

O trecho Canoas-Tabaí possui a extensão de 54 km. Será implantado e pavimentado até 1970; 40% do seu custo são financiados pelo Banco Mundial.

b) Trecho Sarandi-Iraí

O Trecho Sarandi-Iraí-São Miguel do Oeste encontra-se em fase de concorrência para realização de estudo de viabilidade com vistas à implantação e pavimentação, obras constantes do programa do Banco Mundial (Projeto III), devendo ser iniciadas em 1970, e concluídas até 1972.

1.1.10 - BR-471: Pelotas-Chuí

Esta rodovia, chamada anteriormente de "Estrada do Inferno" perdeu a razão da alcunha, pois no ano de 1968 ganhou boas condições de tráfego permanente. De uma extensão total de 255 km, possui pavimentados 130,8 km, havendo sido integralmente concluídos no exercício 25,5 km, e 76% do total dos serviços ficaram com revestimento, ou prontos para recebê-lo.

A rodovia deverá ser concluída e inaugurada no ano de 1969.

1.1.11 - BR-472: São Borja-Itaqui-Uruguaiana-Barra do Quaraí

Foi concluída a implantação básica e o revestimento primário do trecho São Borja-Itaqui, faltando tão-sòmente o Contôrno de Itaqui, já estudado.

O trecho de Itaqui-Uruguaiana teve os serviços de projeto incrementados; as obras continuam em ritmo normal, dando-se especial destaque às pontes dêste trecho, cinco das quais foram contratadas no exercício de 1968 e concluídos 152,0 m, devendo estar concluídas as demais até 1970.

Os serviços nesta rodovia concentraram-se, prioritàriamente, na pavimentação de Uruguaiana-Barra do Quaraí (extensão de 75,0 km) já pavimentados 37,6 km. Provàvelmente, será inaugurada no primeiro trimestre de 1969.

1.2 - Transportes Ferroviários

A programação ferroviária aprovada no documento de Ação Coordenada do Govêrno Federal no Estado do Rio Grande do Sul vem sendo plenamente atingida, conforme informações prestadas pelo DNEF e a RFFSA(Viação Férrea do Rio Grande do Sul S/A). A seguir são discriminadas essas informações.

1.2.1 - Construção do Trecho Montenegro-Roca Sales

1.2.2 - Construção do Trecho Roca-Sales-Lajes

Uma comissão composta de 4 membros (representante do DNER como presidente, o chefe do Distrito, representante do Ministério do Exército e representante da RFFSA), foi instalado no dia 4 de março p.p. para receber os trechos acima, já prontos, porém para tráfego em caráter precário. Os investimentos em 1968 e as dotações para 1969, que contemplam os citados trechos, são, respectivamente:

1.2.1 - Investidos em 1968 - NCr$ 6,8 milhões
- Dotação para 1969 - NCr$ 2,4 milhões

1.2.2 - Investidos em 1968 - NCr$ 18,2 milhões
- Dotação para 1969 - NCr$ 5,3 milhões

1.2.3 - Construção do Trecho Cerro Largo-Santo Ângelo

Deverá estar concluído ainda êste ano, segundo previsões do DNEF.

Em 1968 foram investidos NCr$ 2,1 milhões.

1.2.4 - Construção do Trecho Roca Sales-Passo Fundo

Já foi entregue à firma vencedora da concorrência para início do estudo de viabilidade econômica. Em 1968 foram investidos NCr$ 4,3 milhões,constando dotações para 1969 de cêrca de NCr$ 8,0 milhões.

1.2.5 - Construção da Variante Livramento-Dom Pedrito

Está sendo construída pela RFFSA. Como providência inicial para a

realização das obras necessárias, foi firmado contrato com a construtora Brasen S/A para a recuperação da ponte sôbre o rio Santa Maria, em Dom Pedrito, estando os trabalhos respectivos em fase inicial. Em 1968 foram investidos NCr$ 0,9 milhões (transferidos do DNEF para a RFFSA). Em 1969 a dotação da RFFSA ascende a NCr$ 2,5 milhões.

1.2.6 - Recuperação do Material de Transporte

A recuperação do material de tração e de transporte constitui trabalho de rotina, executado continuadamente pelas oficinas da ferrovia, de acôrdo com os recursos consignados no Orçamento de custeio, elaborado pela Administração Geral da RFFSA.

1.2.7 - Remodelação da Via Permanente

No Orçamento de Capital para o ano de 1969 foram previstas as seguintes verbas para os serviços de via permanente:

a) remodelação da via permanente NCr$ 1 645 mil
b) substituição de trilhos NCr$ 100 mil
c) soldagem de trilhos NCr$ 300 mil

1.2.8 - Construção de variantes

Para o prosseguimento das obras em variantes, no Orçamento de Capital da RFFSA para 1969, estão consignadas verbas para:

a) lastreamento da variante de "Pedras Atlas" (NCr$ 800 mil);
b) prosseguimento da construção da variante de Santa Maria e Canabarro.

1.3 - Modernização de Portos

Estão em andamento as obras de modernização de três importantes portos do Estado, previstas no documento de Ação Coordenada do Govêrno Federal no Rio Grande do Sul.

1.3.1 - Pôrto do Rio Grande

Coube ao Departamento de Portos e Canais do RGS (DEPRC) a aplicação dos recursos do Fundo de Melhoramento dos Portos, ficando a aplicação do Fundo Portuário Nacional a cargo do Departamento Nacional de Portos e Vias Navegáveis (DNPVN).

Pelo DEPRC foram aplicados NCr$ 580 mil em 1968, nas seguintes obras:

a) pavimentação de áreas do Pôrto Nôvo: NCr$ 80 mil;
b) Recuperação de Armazéns: NCr$ 50 mil;
c) recuperação de linhas férreas e guindastes: NCr$ 150 mil;

d) recuperação e ampliação da rêde elétrica: NCr$ 300 mil;

e) despesas com empréstimos - Entreposto Mascarenhas: NCr$ 300 mil.

O DNPVN está instalando 27 guindastes giratórios, sendo 17 unidades de 3,2 toneladas de capacidade, 5 de 5/6,3 toneladas e 5 de 10/12,5 toneladas. O fornecimento dos guindastes está sendo financiado pela República Democrática Alemã (RDA) e as outras despesas custeadas pelo DNPVN. O investimento é da ordem de NCr$ 13.917 mil.

Dentre as obras complementares necessárias ao funcionamento dos guindastes, está sendo feita a instalação da rêde e respectivo equipamento para distribuição de energia elétrica. Estas obras, pràticamente concluídas, importaram um investimento da ordem de NCr$ 2.200 mil, custeados integralmente pelo DNPVN.

Nesse mesmo pôrto será feita a dragagem da baía, consistindo na remoção do assoreamento ocorrido após a última dragagem. O projeto já está pronto, à espera de equipamento adequado à sua execução.

Serão aplicados NCr$ 320 mil do Fundo Portuário Nacional nas obras, que poderão ser executadas em três meses.

1.3.2 - Pôrto de Pôrto Alegre

O DEPRC aplica NCr$ 190 mil do Fundo de Melhoramento de Portos, nas seguintes obras:

a) Recuperação e melhoria do frigorífico: NCr$ 90 mil;

b) Recuperação e refôrço de linhas férreas para guindastes: NCr$ 100 mil.

O DNPVN realiza neste pôrto 4 obras de melhoramento e reequipamento, prevendo-se que até 1970 sejam investidos NCr$ 14.603 mil. As obras são as seguintes:

a) Fornecimento e montagem de guindastes de pórtico. Consiste no fornecimento e montagem de 17 guindastes de pórtico, giratórios, sendo 15 unidades de 3,2 toneladas de capacidade e 2 de 5/6,3 toneladas. Já se encontram no pôrto as 17 unidades previstas e o contrato de montagem, já assinado, só depende de aprovação do DNPVN. O fornecimento está sendo financiado pela República Democrática Alemã, e as outras despesas correlatas, custeadas diretamente pelo DNPVN. O investimento é da ordem de NCr$ 9.103 mil;

b) Aquisição de uma cábrea para 150 toneladas. O projeto está em fase de concorrência, sendo da ordem de NCr$ 3.000 mil o seu valor, com o desembôlso previsto para o exercício de 1970.

c) Rêde elétrica do pôrto de Pôrto Alegre. O investimento acha-se em fase de estudo e projeto, prevendo-se ainda, para o corrente ano, o início dos serviços com 10 meses de prazo previsto de execução. O investimento é da ordem de NCr$ 1.000 mil.

d) Dragagem dos canais internos da lagoa dos Patos e rio Guaíba. Os serviços são executados periodicamente, de acôrdo com as necessidades, de forma a manter as profundidades na cota de 6,5m. Prevê-se no corrente exercício uma aplicação de cêrca de NCr$ 1.500 mil.

1.3.3 - Pôrto de Pelotas

Na complementação das obras do cais foram aplicados NCr$ 30 mil.

1.4 - Navegação Interior

Neste ítem são contemplados 4 projetos, todos sob a responsabilidade do DNPVN, dos quais dois dizem respeito à regularização do rio Jacuí, um à regularização do rio Taquari e um à ligação entre as bacias dos rios Imbicuí e Jacuí.

1.4.1 - Regularização do Rio Jacuí

a) Barragem concluída do Anel de D.Marcos. A construção desta barragem proporcionará a suplementação da Barragem do Fandango, já construída no rio Jacuí, no qual se passará a contar com uma extensão navegável de 300 km, com um calado mínimo de 2,5m.

A obra encontra-se em andamento normal, correspondendo ao seu cronograma. A eclusa atingiu a fase final de construção, e sua câmara terá 120m por 17m, com calado de 2,5m.

No momento inicia-se a construção da barragem. Terá 195m de comprimento. O projeto está sendo financiado pelo BNDE em cêrca de 48%, tendo sido investido, em 1968, o montante de NCr$ 5.027.383,51. Em 1969, prevê-se aplicação de cêrca de NCr$ 5.477 mil.

b) Barragem Três Irmãos - Anápolis. O projeto, em fase final de execução, consta de uma barragem móvel eclusada e de outras obras complementares. Tão logo o projeto esteja concluído, o DNPVN abrirá concorrência para a realização da obra, o que deverá ocorrer ainda êste ano. Está previsto o prazo de 3 anos para a realização das obras. O custo do projeto é da ordem de NCr$ 320 mil. As obras estão orçadas em NCr$ 32 milhões, que serão financiadas pelo BNDE (60%) e pela firma executora (40%).

1.4.2 - Ligação Ibicuí-Jacuí

O projeto visa a verificar a viabilidade técnica e econômica da ligação hidroviária entre as bacias dos rios Jacuí e Ibicuí.

O custo dos estudos dessa ligação será de aproximadamente NCr$ 2.152 mil.

1.4.3 - Regularização do rio Taquari

Execução das obras de construção da barragem eclusada de Bom Retiro do Sul.

Faz parte do projeto integrado de regularização do rio Taquari, que consta de um sistema de barragens eclusadas localizadas em Bom Retiro, Arroio do Meio e Roca Sales. As obras da Barragem do Bom Retiro foram iniciadas em 1956, pelo Estado, tendo sido por várias vêzes suspensa sua execução (por falta de recursos), o que acarretou sua transferência para o âmbito federal.

A obra encontra-se em fase de recuperação, com aproximadamente 15% do total realizados. No momento o DNPVN procede aos entendimentos finais visando à transferência da obra, para a sua conclusão.

O projeto não está concluído no PED, devendo ser financiado pelo BNDE (60%) e recursos externos (40%). O DNPVN destacou recursos para as despesas decorrentes dos financiamentos (1969 NCr$ 500 mil).

Os investimentos previstos ascendem os NCr$ 30 milhões; em 4 anos, para a execução das obras.

2 - ENERGIA

2.1 - Energia Elétrica

Todos os projetos, referentes a êste setor, incluídos no documento de Ação Coordenada do Govêrno Federal no Rio Grande do Sul, estão sendo implementados.

2.1.1 - Construção da Usina Termoelétrica de Alegrete e Sistema de Transmissão Associado - ELETROBRÁS

A TERMOALE, com 66 MW de potência instalada, já está concluída, tendo entrado em operação em 1968. Dos 330 km de linhas de transmissão programados para 1968, já foram instalados 142 km, estando prevista para janeiro de 1969 a conclusão dos restantes 188 km, os quais estão assim distribuídos:

Alegrete-Massambará:	81 km.
Massambará-Itaqui:	48 km.
Massambará-São Borja:	59 km.

Em 1968, foram aplicados pela ELETROBRÁS recursos no montante de NCr$ 28,1 milhões.

2.1.2 - Ampliação da Usina Termoelétrica de Charqueadas:

ELETROBRÁS/BID

Trata-se da instalação de uma unidade de 18 MW, aumentando a capacidade instalada da TERMOCHAR para 72 MW. O projeto está em andamento, prevendo-se a entrada em operação daquela unidade para 1969. Os recursos montaram a NCr$ 5,4 milhões.

2.1.3 - Linha de Transmissão Capivari-Pôrto Alegre - SOTELCA

Comissão do Plano do Carvão Nacional (CPCAN)

A construção da linha evoluiu, a ponto de prever-se que estará concluída no fim do presente exercício.

Por parte da ELETROBRÁS, foram aplicados no projeto, até 31.12.68, recursos da ordem de NCr$ 900 mil.

2.1.4 - Usina Hidroelétrica de Passo Real: CEEE/BNDE/USAID/ELETROBRÁS

O projeto está em andamento. Os recursos utilizados até outubro de 1968 provinham do BNDE, CEEE e ELETROBRÁS, já que o contrato de financiamento com a USAID ainda não havia sido assinado. Assim, temos:

- Recursos aplicados em 1968: NCr$ 44 549 184,29

Os recursos financiados pela CEEE representam aplicações nas chamadas Obras de Apoio, constantes de outras Linhas de Transmissão, Subtransmissão, Rêdes de Distribuição e Subestação vinculadas ao projeto Passo Real pelos compromissos assumidos pela CEEE, no contrato de financiamento da referida obra.

Os recursos provenientes da ELETROBRÁS foram canalizados sob a forma de empréstimo e destinaram-se às Linhas de Transmissão.

Já estão concluídas as seguintes Linhas de Transmissão:

Jacuí - Passo Real
Passo Real - Cidade Industrial
Cidade Industrial - Cachoeirinha.

2.1.5 - Construção da Usina Hidroelétrica de Passo Fundo

(210 MW): CEEE/MIN. INTERIOR/MIN. MINAS E ENERGIA

O projeto foi incorporado à programação do Govêrno, como resultado da Ação Coordenada Federal no Estado. A obra, que consta de barragem, canal de adução, tomada d'água, túnel adutor e chaminé de equilíbrio, está sendo desenvolvida simultâneamente em todos os setores, a fim de poder terminar em 1970. A abertura e o revestimento do túnel de 5 900 m constitui o setor mais importante, daí porque os esforços estão nêle concentrados, a fim de que seu andamento não sofra interrupções no prazo que resta.

- Recursos aplicados em 1968: NCr$ 8 184 724,75

Resultante de convênio entre o Ministério das Minas e Energia, o Ministério do Interior e a CEEE, a responsabilidade da construção da Usina ficará a cargo da ELETROBRÁS, através de emprêsa criada para êste fim (ELETROSUL).

2.1.6 - Eletrificação Rural

Durante a estada do Govêrno Federal no Rio Grande do Sul, o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (INDA) comprometeu-se a entregar recursos no montante de NCr$ 350 mil à Companhia de Energia Elétrica do Estado (CEEE), com vistas a permitir à CEEE estender os benefícios da Eletrificação a áreas rurais ainda carentes dêsse recurso. Com êste mesmo fim, foi assinado, na ocasião, convênio entre o INDA e a CEEE no valor de NCr$ 200 mil. Conforme será detalhado, a seguir, durante o ano de 1968, grande parte dêsses recursos já foram liberados (cêrca de NCr$ 357 mil).

2.1.6.1 - Eletrificação Rural de Colônia Nova - Bagé

Convênio no valor de NCr$ 200 mil, entre o INDA e a CEEE.

Relativamente a êste contrato de financiamento, foi firmado acôrdo com a comunidade, a qual está recebendo materiais e executa as obras com pessoal próprio. Os serviços estão em fase inicial, no preparo e tratamento de postes, o que está sendo realizado pela Cooperativa de Eletrificação Rural Colônia Nova Ltda. Em 1968, foram aplicados NCr$ 109 383,00.

2.1.6.2 - Entrega de Recursos Pelo INDA à CEEE Para Eletrificação de Ibirubá (3ª quota)

A obra correspondente a esta 3ª quota, no valor de NCr$ 300 mil, como parte do acôrdo CEEE-INDA, no valor total de NCr$ 1 000 mil, está em andamento, já tendo sido comprado todo o material necessário. Trata-se de linhas de rêdes rurais, que serão operadas pela já organizada Cooperativa Regional de Eletrificação Rural Alto Jacuí Ltda., com sede em Ibirubá. O plano se desenvolve normalmente, e a conclusão desta parte deverá ocorrer juntamente com as demais linhas, ao todo 14, no decurso de 1969. Em 1968 foram aplicados NCr$ 210 mil.

2.1.6.3 - Entrega de Recursos Pelo INDA à CEEE Para Elaboração de Projetos de Eletrificação Rural

Trata-se de projeto para fins de obtenção de financiamento do INDA com suplementação do BID. Presentemente trabalha-se na ampliação do projeto estendendo-se linhas e rêdes para mais 5 000 propriedades rurais.

2.1.7 - Ampliação da Companhia Pelotense de Eletrificação

A usina termoelétrica, que está sendo instalada em Pelotas, é composta de:

- 4 caldeiras a óleo com capacidade de 20 MW
- 2 turboalternadores com capacidade total de 12,5 MW; havendo pois possibilidade de ser instalado mais um turboalternador de 7,5 MW.

Os recursos aplicados em 1968 montaram a NCr$ 5 550 000 assim discriminados:

	NCr$ mil
Orçamentários	265
Extra-orçamentários	2 522
Recursos próprios	2 490
Outros recursos internos	93
Recursos externos	180
Total	5 550

2.2 - Petróleo

No setor de petróleo destacam-se no Rio Grande do Sul, dois projetos fundamentais constantes do Programa de Ação Coordenada: a implantação da Refinaria Alberto Pasqualini e a instalação do Terminal Marítimo de Tramandaí.

Quanto à primeira, foi concluída a primeira fase de implantação, estando prevista para 1970 a conclusão da segunda fase. O Terminal Marítimo de Tramandaí já está em operação.

2.2.1 - Implantação da Refinaria Alberto Pasqualini PETROBRÁS

Situação atual: O projeto está em andamento. Consta bàsicamente de 2 fases. A 1ª fase, já concluída, reúne as seguintes unidades: destilação atmosférica, tratamento, adição de chumbo tetraetila, casa de fôrça e demais instalações complementares. A 2ª fase, cuja conclusão está prevista para 1970, destina-se a permitir o aumento da capacidade de produção dos derivados de petróleo mais leves e melhorar a qualidade dos produtos. Estão previstas: unidades de destilação a vácuo, unidade de craqueamento catalítico e outras unidades de tratamento.

Os investimentos em obras e equipamentos, englobando as fases 1 e 2, atingiram até julho de 1968, o montante de aproximadamente NCr$ 30 mil.

Observações adicionais:

Carga processada atual: 6 mil m^3/dia
Capacidade nominal: 7,2 mil m^3/dia

Ressalte-se, ainda, que nos primeiros meses de 1969 será possível atingir 8 mil m^3/dia, caso o escoamento ferroviário seja satisfatório.

2.2.2 - Terminal Marítimo de Tramandaí - PETROBRÁS

Situação atual: O projeto está concluído, com o Terminal em operação. O montante do investimento foi de aproximadamente NCr$ 4 750 mil.

3 - COMUNICAÇÕES

Conforme está previsto no documento de Ação Coordenada do Govêrno Federal no Rio Grande do Sul, implementa-se no Estado o programa que dentro em breve interligará o mesmo com os demais Estados da Federação através de moderno sistema de comunicações.

3.1 - Tronco Sul de Microondas: EMBRATEL

Êste projeto, ora em implementação pela EMBRATEL, faz parte do Plano Nacional de Telecomunicações e servirá às cidades de Pôrto Alegre, Blumenau, Curitiba e São Paulo, conjugado aos troncos Rio-São Paulo, São Paulo-Corumbá, Rio-Belo Horizonte-Brasília e Belo Horizonte-Salvador - Recife-Fortaleza. Permitirá pois, a interligação das regiões Sul, Centro-Sul e Nordeste.

Os trabalhos preliminares foram iniciados em 1967. O tronco deverá comportar um máximo de 960 canais telefônicos por canal de radiofreqüência, na faixa de 6.000 Mhz, e servirá à transmissão de Televisão, Telex, Telégrafo e a teleprocessamento de dados. Será equipado com sistema de discagem automática.

O sistema está sendo executado em 2 etapas. A primeira, partindo de Pôrto Alegre atinge as cidades de Curitiba e São Paulo. O trecho Pôrto Alegre-Curitiba já foi inaugurado, quando da instalação do Govêrno Federal no Paraná. A segunda etapa atende ao Estado de Santa Catarina, partindo de Curitiba e atingindo as cidades de Joinville, Blumenau e Florianópolis.

O Tronco Sul disporá de 660 canais telefônicos no trecho São Paulo-Curitiba, 360 canais telefônicos no trecho Curitiba-Pôrto Alegre e 108 canais no ramal de Santa Catarina.

No decorrer de 1968, o Tronco Sul teve concluídas tôdas suas obras civis, instalação de tôrres, dos sistemas de energia elétrica e dos equipamentos rádio e multiplex, de Pôrto Alegre e São Paulo, encontrando-se, agora, completamente instalado, em fase de execução dos testes de recebimento.

Para 1969 a EMBRATEL programa iniciar, no segundo semestre, a operação comercial do Tronco Sul (de Pôrto Alegre a São Paulo). Pretende ainda pôr em operação, ao longo do ano, os centros de TV em instalação em nove capitais (entre as quais Pôrto Alegre). Por outro lado começarão a operar, pelo sistema de discagem direta à distância, sem auxílio de telefonistas, as comunicações telefônicas interestaduais em várias capitais e cidades (entre as quais Pôrto Alegre).

O total de investimentos no projeto, durante o ano de 1968 foi de NCr$ 18 732 000.

3.2 - Implantação do Centro de Triagem Postal em Pôrto Alegre: DCT (Ministério das Comunicações

O projeto está em andamento. Visa a assegurar qualidade satisfatória aos serviços postais que, diante do intenso tráfego de correspondência que sai, entra e circula na Região Centro-Sul, não podem mais ser processadas com rapidez, pelos métodos tradicionais.

Foi iniciado em 1967, prevendo-se sua conclusão para 1971. Não existem maiores informações adicionais.

4 - INDÚSTRIA E MINERAÇÃO

Por ocasião da Ação Coordenada do Govêrno Federal no Estado, (abril de 1968) foram definidas várias linhas de atuação dos organismos federais no tocante à Indústria e Mineração.

Assim, podemos destacar o apoio dado à implantação de indústrias consideradas prioritárias para o Estado, o apoio à atividade pesqueira em todos os estágios (desde a captura até a comercialização), apoio em pesquisas e mapeamento geológicos, prospecção de jazidas minerais,etc.

No que toca à primeira linha de ação, pode-se afirmar que teve grande sucesso. Assim, estão sendo implementadas as obras de implantação de "Aços Finos Piratini", esperando-se que em 1972 comece a produzir; da indústria de Celulose Borregaard S/A, que teve seu projeto industrial aprovado pelo BNDE; etc.

Quanto à segunda linha, que prevê o apoio à atividade pesqueira no Estado, estão sendo realizados estudos, alguns dêles já concluídos.

Dentre os projetos em andamento destaca-se a implantação de pôrto pesqueiro e Cidade Industrial. Êste projeto está sendo desenvolvido pelo Grupo Executivo de Desenvolvimento Industrial da Pesca e conta com a participação da FINEP/DNPVN/DEPREC.

De acôrdo com convênio formado entre a SUDEPE e SUDESUL, foi criada a Comissão Coordenadora da Pesca. Participam também da comissão o BRDE e a CIBRAZEM. Como etapa inicial estão sendo levantados dados preliminares destinados ao projeto de comercialização e distribuição de pescado.

Quanto às linhas de pesquisas geológicas e mapeamento, salvo aquelas relacionadas como calcário, que estão sendo implementadas, não se conseguiram informações junto aos órgãos interessados no que respeita ao andamento e situação das mesmas.

5 - AGROPECUÁRIA

Grande parte da Ação Federal no setor, comprometida por ocasião da estada do Govêrno no Estado do Rio Grande do Sul, está sendo executada a contento.

Os comprometimentos acima referidos foram feitos segundo três formas básicas:

a) aprovação de projetos;

b) convênios;

c) atos ou medidas.

A seguir, de acôrdo com informações obtidas junto aos órgãos responsáveis pela execução, será detalhado o andamento dos mesmos.

5.1 - Pecuária

5.1.1 - Desenvolvimento da Pecuária de Corte

Êste projeto, que conta com a participação do Ministério da Agricultura e do Banco Mundial, com vigência até 1970 e recursos programados da ordem de NCr$ 115 mil, marcha normalmente, no sentido de atender a 750 estabelecimentos. Já foi instalado o escritório "Projeto I", tendo sido cadastrados, até então, 68 solicitações e atendidos 35, com área total de 113 747 ha. Foram liberados recursos da ordem de NCr$ 5 mil.

5.1.2 - a) Tipificação de Carcaça Bovina

Foi criado um GT, para propor normas para a tipificação e classificação de carcaças bovinas. Êste GT vem-se reunindo, prevendo-se para breve a elaboração do relatório final.

b) Abertura de Mercados Externos

Esta medida, conjunta do Ministério das Relações Exteriores e Ministério do Planejamento, visa a ampliar o mercado externo para colocação do excedente da safra de carne gaúcha. O Itamarati vem tomando providências nesta direção, mantendo o Ministério da Agricultura informado das oscilações dos mercados e das disposições dos importadores.

c) Desenvolvimento da Suinocultura

Visando a racionalizar e desenvolver, no Estado, a Suinocultura, foi criado um GT no âmbito do Ministério da Agricultura. Aguarda-se o relatório final do GT.

Nota: Não foram obtidas informações referentes ao projeto de Desenvolvimento da "Pecuária leiteira". No que diz respeito ao convênio entre o Ministério da Agricultura e o Instituto do Açúcar e do Álcool (IAA), referente a "Engorda em confinamento para gado e corte", ainda não foi iniciado, aguardando-se que o Escritório de Pesquisas e Experimentação (EPE) do Ministério da Agricultura ou o IAA, envie ao Estado técnicos com experiência no assunto.

5.2 - Lavoura

5.2.1 - Fixação de Quota Mínima Para Exportação do Arroz Gaúcho

Em razão desta medida, a lavoura, o comércio e a indústria de arroz, no Estado, tiveram uma de suas maiores reivindicações atendidas, qual seja a segurança de uma quota mínima por safra, de 150 000 toneladas para exportação para mercados internacionais. Até 25/11/68 foram exportados para o exterior cêrca de 67 mil toneladas de arroz gaúcho.

Nota: Foram feitas gestões junto ao Ministério da Agricultura no sentido de conseguir informações sôbre o andamento dos projetos: "Aumento da produção e produtividade do Trigo" e "Pesquisa e experimentação com soja, milho e pastagens". Da mesma forma, requereram-se informações acêrca do andamento dos trabalhos do Grupo Executivo de Racionalização da Vitivinicultura (GERVIT).

5.3 - Recuperação de Solos

5.3.1 - Intensificação do Uso do Calcário

Objetivando corrigir, através da calagem, a acidez existente em grande parte do solo gaúcho, várias medidas estão implementando o uso de calcário no Estado. Assim é que a Faculdade de Agronomia e Veterinária procede a pesquisas visando a estabelecer normas para utilização de calcário e em convênio com a Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural (ASCAR), realiza programa de Treinamento de pessoal Técnico em fertilidade, tendo em 1968, atuado nos municípios de Taguari, Iguí, Passo Fundo, Erechim, Estrêla e Candelária. Por outro lado, desenvolve-se intensa campanha promocional do uso do calcário e fertilizantes - "Operação Tatu" - tendo sido atingidos cêrca de 40 municípios.

No campo do financiamento para novas indústrias beneficiadoras de calcário, encontram-se em análise no BRDE dois pedidos de financiamento no montante de NCr$ 100 mil cada um. No período de janeiro a novembro de 1968, o BRDE aplicou a soma de NCr$ 205 377,95 em financiamentos ao setor rural, com a finalidade de correção do solo através da calagem.

5.3.2 - Aproveitamento Hidroagrícola da Bacia do Arroio Duro

Êste projeto, sob a responsabilidade do DNOS, prevê a aplicação de NCr$ 3 750 mil até 1970 em: a) Estudos de Viabilidade Técnico-Econômica de Irrigação e drenagem nas bacias dos rios Camaquã, Sutil, Duro e Velhaco, abrangendo uma área aproximada de 350 00 ha. e projeto de irrigação e drenagem, numa área de 50 000 ha.; b) Prosseguimento dos serviços de drenagem de canais no município de Camaquã; e c) serviços topográficos na área que margeia a estrada estadual Tapes-Camaquã.

Os estudos e serviços prosseguem normalmente, tendo sido aplicada, em 1968, a soma de NCr$ 1 370 mil aproximadamente.

5.3.3 - Combate às Sêcas da Região Sudoeste do RGS - SUDESUL/DNOS/DNPM

O contrato de prestação de serviços técnicos de consultoria assinado entre a SUDESUL e emprêsa especializada, propiciou a criação de um Grupo Consultivo, composto de representantes de várias entidades, e destinado a prestar assessoramento e colaboração à SUDESUL, no decorrer dos trabalhos do projeto de desenvolvimento integrado na região Sudoeste do Rio Grande do Sul.

5.4 - Reforma Agrária e Cooperativismo

5.4.1 - Decretos de Desapropriação

Durante a estada do Govêrno Federal no Estado, em abril de 1968, foram assinados três decretos, que desapropriaram áreas no Estado para fins de Reforma Agrária. São as seguintes as áreas:

a) Fazenda Perseverança, no Município de São Francisco de Assis;

b) 500 ha., do projeto Fazenda Mangueirão, no Município de Espumoso;

c) Área do projeto da Fazenda Flórida, no Município de São Luiz Gonzaga.

Os processos desapropriatórios dessas áreas estão em andamento. O IBRA vem promovendo o levantamento sócio-econômico dos ocupantes das áreas.

Pretende-se, dentro em breve, fazer estudos básicos de levantamento e avaliação dos recursos naturais, para dar embasamento ao projeto que fixará a orientação para exploração das áreas.

Em 1968, foram aplicados recursos, no montante de NCr$ 384 473,85, assim discriminados:

Recursos Orçamentários	NCr$	7 684,08
Em dinheiro (desapropriação)	NCr$	35 993,97
Em títulos (desapropriação)	NCr$	340 975,80
TOTAL	NCr$	384 473,85

5.4.2 - Regularização da Ocupação de Terras Públicas na Faixa da Fronteira

Êste programa está sendo realizado mediante uma ação integrada do Govêrno Federal/Govêrno Estadual (IBRA/IGRA).

5.4.3 - Entrega de Recursos

Foram entregues pelo INDA, ao Govêrno do Estado, para a Divisão de Assistência ao Cooperativismo, recursos no montante de NCr$ 50 mil.

5.5 - Educação e Extensão Rural

5.5.1 - Projeto de Promoção Social e Econômica do Homem na Região do Vale das Três Forquilhas

Participam dêste projeto os seguintes órgãos públicos: IBRA/ASCAR/CDE/LBA/SEC/Secretaria de Saúde, que coordenados pretendem atingir várias metas, como: alfabetização, assistência médica e odontológica, saúde pública, etc.

Dentre estas metas destacam-se as destinadas a garantir o escoamento da safra de abacaxi, banana e cenoura da região; o aumento de produtividade; a eliminação do intermediário; o fortalecimento das cooperativas; etc.

Em 1968 foram aplicados, no projeto de Três Forquilhas NCr$..... 6 818,15.

5.5.2 - Entrega de Recursos - Convênios

O Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário - INDA, fêz a entrega de recursos no montante de NCr$ 382 900, mediante convênios com:

a) Pontifícia Universidade Católica do RGS (PUCRGS)..	NCr$	40 000
b) Govêrno do Estado	NCr$	222 900
c) Govêrno do Estado	NCr$	120 000.

Êstes recursos se destinam, respectivamente para a Faculdade de Zootécnica de Uruguaiana, Construção das Escolas Agrícolas de Caràzinho e Encruzilhada do Sul, e para os Centros Cooperativos de Treinamento Agrícola.

5.5.3 - Entrega de Recursos

O INDA, entregou recursos à UFRGS, para a manutenção de cursos de pós-graduação, no montante de NCr$ 60 mil; entregou ao Aprendizado Agrícola Presidente Dutra, em Taguarí, NCr$ 217 100.

6 - EDUCAÇÃO

6.1 - Ensino Superior

6.1.1 - Distribuição de Obras de Consulta e Material Didático e Escolar pelo Preço de Custo - MEC/FENAME

Êste sistema está em prática nas seguintes unidades de ensino superior:

- Faculdade de Ciências Econômicas de Cachoeira do Sul;
- Universidade Católica de Pelotas;
- Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Bagé;
- Fundação Universitária de Passo Fundo.

6.2 - Ensino Médio

6.2.1 - Equipamento para Ginásios da Rêde Estadual: MEC/DES

O convênio no valor de NCr$ 320 mil, assinado entre o MEC e a Secretaria de Educação do Estado, visando a equipar ginásios da rêde estadual, está em andamento. Até o momento, foram liberadas as duas primeiras parcelas, no valor de NCr$ 274 mil, para o atendimento de 13 ginásios e equipamento de 18 oficinas.

6.2.2 - Reembôlso de Material Escolar - MEC-DES

Foi transferida a importância de NCr$ 21 500 , à Secretaria de Educação, para reembôlso parcial de material didático, destinado a professôres do ensino médio.

6.3 - Ensino Primário

A COLTED no momento faz levantamento das Escolas que ainda não receberam bibliotecas, visando a atingir a meta de 1 589 bibliotecas com cêrca de 604 841 volumes distribuídos.

7 - HABITAÇÃO

7.1 - Programa COHAB no RGS: BNH/COHAB

O Programa está em andamento. Os convênios realizados no exercício de 1968 correspondem a:

a) execução de Rêdes de Distribuição de Energia Elétrica em 10 municípios, cujos núcleos habitacionais já se encontram concluídos;

b) construção de casas populares nos municípios de Encruzilhada do Sul, Herval do Sul, Arroio Grande e Bagé;

c) esgôto cloacal e Rêde de Distribuição de Energia Elétrica no município de Pelotas;

d) execução de atêrro hidráulico na Vila Farrapos (Pôrto Alegre) para permitir a construção de mais 1.300 casas no próximo exercício.

Além disso, já foram assinados convênios para construção de casas populares nos municípios de Pelotas, Jaguarão e Gal. Câmara, bem como execução de Rêdes de Distribuição de Energia Elétrica em mais 12 municípios.

Do total de recursos programados para 1968, ou seja, NCr$ ..... 3 336 500 foram aplicados aproximadamente NCr$ 2 103 300

7.2 - Contrato Assinado entre BNH, BERGS e ASCAR para construção de habitações rurais

O financiamento programado, da ordem de NCr$ 6 294 000, destina-se à construção de 700 unidades de habitação rural e à melhoria de outras 3.000. Êste programa desenvolve-se a contento.

7.3 - Programa de Cooperativas Habitacionais: BNH/INICOOP

Trata-se de convênios assinados com 17 Cooperativas Operárias Habitacionais e 3 Cooperativas mistas. O financiamento em valôres atuais é da ordem de NCr$ 97 694 800,00, gerando um investimento total de NCr$ ..... 110 140 000,00.

A situação atual do programa é a seguinte:

- Unidades concluídas - 3.567
- Unidades em andamento - 2.498
- Unidades não iniciadas (em projeto) - 4.295

7.4 - Programa impacto para aceleração de Construção em condomínio: BNH

O programa foi objeto de dois convênios de financiamento pelo BNH para a construção, na capital e no interior do Estado, de respectivamente, 1.175 e 845 unidades de habitação.

Situação atual do programa é a seguinte:

	Unidades Programadas	Unidades Concluídas ou em Construção
1º convênio	1.175	930
2º convênio	845	845
	2.020	1.775

	Unidades Concluídas	Unidades em Construção
Capital	1.165	409
Interior	96	105
	1.251	514

Recursos relativos a 1968 (NCr$):

	Programados	Realizados:
1º convênio	4 300 000	3 425 847,06
2º convênio	3 120 525,12	2 733 938,03

Destaque-se, ainda, que houve participação da Caixa Econômica Estadual do RGS no 1º e no 2º convênios de, aproximadamente NCr$ 2 414 551,48.

7.5 - Programa de Financiamento, através do Programa do Mercado de Hipotecas, aos INICIADORES: BNH/INICIADORES

O programa está em andamento. Segundo dados da Delegacia Regional do BNH, o número de projetos aprovados é de 25. As unidades em construção são em nº de 2.960 e o valor do financiamento em UPC (unidade padrão capital) é de 1 280 375,27 (atualmente 1 UPC = NCr$ 33,80).

7.6 - Convênio com o IPERGS para financiamento de habitação para servidores civis e militares: BNH/IPERGS

Em janeiro de 1967 foi assinado convênio entre o BNH e o IPERGS para a construção de 2.400 unidades habitacionais. No convênio, o BNH se comprometia a entrar com 50% do valor das construções e o IPERGS, além dos outros 50%, com terreno, urbanização, e outras despesas. O valor do financiamento do BNH ao IPERGS, em UPC, deverá ser de 516 573.

Do convênio resultou a assinatura de 2 contratos e brevemente deverá ser assinado mais um.

Situação atual:	O programa acha-se em andamento.
1º Contrato:	Valor financiado pelo BNH: 50 057 UPC Unidades construídas e entregues: 350
2º Contrato:	Valor financiado pelo BNH: 73 761 UPC Unidades em construção: 40
3º Contrato: (a ser assinado)	Valor financiado pelo BNH: 192 144,96 UPC Unidades a serem construídas: 721

8 - SAÚDE E SANEAMENTO

Nesta área, como demonstra a exposição que se segue, o Govêrno Federal, através dos Ministérios do Interior e Saúde, vem dedicando significativo esfôrço. Os projetos comprometidos pelo Govêrno Federal, durante a Ação Coordenada estão em processo de realização, prevendo-se que até 1970, grande parcela esteja realizada.

8.1 - Abastecimento d'água

8.1.1 - Sistema de Abastecimento d'água na cidade de Caxias do Sul: DNOS/DMAE

O projeto está em andamento. Visa à ampliação do sistema de abastecimento d'água existente, consta de captação diretamente da barragem Maestra com comprimento de 295m, altura de 28m e capacidade de acumulação de 5.500.000m^3, permitindo regularizar a descarga de 170 l/s; estação de tratamento para 200 l/s; adutora de 4.000m de comprimento e 450mm. de diâmetro, estação elevatória - rêde de distribuição e reservatórios.

O total de recursos aplicados em 1968 foi de NCr$ 819.243,55.

O investimento realizado refere-se sòmente à barragem de Maestra, cuja construção está a cargo do DNOS, até outubro de 1968. A estação de tratamento está em execução pelo DMAE de Caxias do Sul, estando fora da alçada do DNOS.

8.1.2 - Sistema de Abastecimento d'água da Cidade de Pelotas: DNOS/DEMAE/FISANE

O projeto está dividido em dois sistemas: o Sta. Bárbara e o Sinotti.

O sistema Sta. Bárbara compreende: uma barragem no arroio do mesmo nome, com volume para acumulação de 16.215.000m^3 d'água, captação através de uma tôrre circular na barragem, estação de tratamento com capacidade para 230 l/s na primeira etapa e 460 l/s na etapa final, estação elevatória e adução através da adutora Santa Bárbara.

A barragem de Santa Bárbara já está concluída, tendo sido inaugurada em 7/11/68. A estação de tratamento está sendo executada pela DMAE de Pelotas, com financiamento do FISANE.

O total de recursos aplicados em 1968 foi de NCr$ 798 483,72.

Quanto ao sistema Sinotti, não existem informações a respeito.

8.1.3 - Sistema de Abastecimento d'água em Sta. Maria: CORSAN/DNOS

O projeto está em andamento. O programa para 1968 constou dos seguintes itens: elaboração dos estudos para ampliação da barragem de acumulação

em Val de Serra; assentamento de 6.000m da novo adutora ampliação da rêde de distribuição de água em 10.000m, reforma da barragem de acumulação.

O total de recursos aplicados em 1968 atingiu a soma de NCr$ ..... 1 610 000.

8.1.4 - Sistema de abastecimento d'água na cidade de Canoas: DNOS

O projeto está em andamento. Visa a interligação do sistema de Niterói, recentemente concluído (a ETA) pelo DNOS, com o atual sistema. Estão previstos no projeto: a ampliação geral da rêde de distribuição de água em Canoas; construção de um reservatório elevado de 1.500m; implantação da adutora que liga a nova ETA ao reservatório a ser constituído; construção da estação elevatória.

Além da construção da ETA de Niterói (já concluída), o DNOS está, também, implantando a rêde de distribuição da vila do mesmo nome. Recursos aplicados em 1968: NCr$ 14 000.

8.1.5 - Convênio para implantação de sistema de abastecimento d'água no município de Campo Novo: SUDESUL/PREF.MUNICIPAL

As obras estão em andamento. A 1a. etapa utilizando recursos da SUDESUL, compreende: construção de um reservatório elevado e casa de bombas, e instalações eletromecânicas. Esta etapa está em fase final de execução. A 2a. etapa compreende aquisição e assentamento do restante da rêde de distribuição. Também está em fase final de execução, e está sendo construída com recursos da Prefeitura.

Recursos aplicados pela SUDESUL em 1968: NCr$ 30 000.

8.1.6 - Convênio de implantação de sistema de abastecimento d'água no município de Aratiba - SUDESUL/PREFEITURA MUNICIPAL

Está em andamento. Visa a construção do sistema de abastecimento d'água em Aratiba, Distrito de Vila Dourado, compreendendo: implantação da rêde de distribuição e instalações eletromecânicas de recalque.

Recursos aplicados pela SUDESUL em 1968: NCr$ 20 000.

8.1.7 - Instituição do Fundo Estadual de Saneamento - Convênio entre BNH e CORSAN

A Companhia Riograndense de Saneamento (CORSAN) constituiu o Fundo Estadual de Saneamento, cumprindo convênio que assinou com o Banco Nacional da Habitação.

O Fundo destina-se a financiar 37,5% do valor das obras de sistemas de fornecimento de água em 150 cidades do Estado. O BNH financiará, por seu

turno, outra parcela de 37,5%, ficando os 25% restantes a cargo da Prefeitura do município beneficiado.

O programa consistirá em um investimento total de NCr$ 113,6 milhões, que abastecerão, no final do projeto, a 3.500 mil pessoas.

Visando a aplicação e execução do convênio, foram assinados contratos no valor total de NCr$ 15 milhões, participando o BNH com NCr$ 6 400 mil, o Fundo Estadual com NCr$ 4 620 mil e os municípios com NCr$ 3 972 mil.

8.2 - Sistema de esgotos sanitários das cidades de Pelotas e Bagé, integradas no programa que abrange diversas cidades da Região Extremo-Sul (DNOS)

Trata-se da instalação ou conclusão de sistema de esgotos sanitários (rêdes coletoras, emissários e estação de tratamento) ou a ampliação de sistemas antigos. As metas físicas são as seguintes:

Em Bagé: 58,12% do Emissário da rua Fabrício Pilar, integrante do sistema de esgotos sanitários desta cidade.

Em Pelotas: 88,76% da Estação Elevatória de Esgotos Sanitários desta cidade.

A execução das obras na cidade de Pelotas prossegue normalmente, enquanto em Bagé as mesmas estão interrompidas, tendo em vista a dependência de outras obras que estão sendo executadas no mesmo local.

Recursos aplicados em 1968: NCr$ 140 000.

8.3 - Combate à erosão e inundações de Pôrto Alegre, Canoas e São Leopoldo: DNOS

Para a proteção contra inundações nestas cidades, foram projetados diques no Rio Guaíba. Esses diques serão complementados por outras obras, como o atêrro de áreas baixas, a construção de cais, casas de bombas, galerias pluviais, viadutos, e a canalização de arroios.

O projeto está em andamento. Prossegue normalmente a execução das obras da construção de diques nas Vilas Rio Branco, Mathias Velho e Sarandí; construção do dique de Navegantes; dragagem de cais nas bacias dos rios Gravataí, Sinos e Guaíba; Atêrro da Praia de Belas e Acabamento do Arroio Dilúvio. Recursos aplicados em 1968: NCr$ 6 997 298,76.

8.4 - Ambulatórios no Hospital das Clínicas do RGS: Ministério da Saúde/MEC.

Esta medida visa ao aparelhamento do Hospital das Clínicas em Pôrto Alegre. Os recursos aplicados totalizaram NCr$ 550 000 e foram totalmente

utilizados na compra de equipamentos para ambulatórios.

8.5 - Auxílio ao Hospital do Câncer de Pôrto Alegre: Ministério da Saúde

Esta medida visa à construção do bloco cirúrgico do Hospital do Câncer, a qual está em andamento. Recursos aplicados em 1968: NCr$ 100 000.

8.6 - Transferência de dois hospitais para a Universidade Federal de Santa Maria: Ministério da Saúde/UFSM

O processo do Ministério da Saúde já foi encaminhado ao Reitor da Universidade Federal de Sta. Maria. Trata-se da transferência do Hospital Regional de Tuberculose e do Hospital de Alienados.

8.7 - Estabelecimento de um programa integrado de saúde coletiva no RGS: Ministério da Saúde/Govêrno do RGS/Ministério do Planejamento/Ministério do Interior/Ministério do Trabalho

O convênio objetiva a criação de um Grupo de Coordenação, integrado por representantes das entidades discriminadas acima e presidido pelo representante do Ministério da Saúde, visando à melhor utilização dos recursos disponíveis, numa ação coordenada que lhes assegure maior produtividade.

A minuta do Acôrdo foi encaminhada à consideração do Ministério da Saúde.

8.8 - Dinamização do Programa de Saneamento-DNOS/SUDESUL

Além de executar os projetos detalhados anteriormente, o Govêrno Federal, através do DNOS e da SUDESUL, realizará amplos investimentos na expansão e instalação de sistemas de abastecimento d'água e de esgotos sanitários, em outras cidades do Estado, e em obras de defesa contra inundações.

As obras de saneamento básico estão previstas nas cidades de Sapiranga, Campo Bom, Estância Velha, Iratí e Camaquã.

No tocante à erosão e inundação as obras de defesa estão previstas em: Antônio Prado, Bagé, Barão de Cotegipe, Bento Gonçalves, Caxias do Sul, Ijuí, Nova Prata, Nôvo Hamburgo, Sapucaia, Tôrres, Venâncio Aires, Erechim, Getúlio Vargas, Santa Maria e Uruguaiana.

A situação atual das obras é a seguinte:

1) Quanto à saneamento básico:

- Estância Velha e Ivoti: foram realizados testes para determinação de permeabilidade e capacidade de aquífero, para construção de galerias filtrantes.

- Campo Bom e Sapiranga: foi executada a concorrência pública para construção da ETA de Campo Bom, estando o contrato em fase de elaboração.
- Camaquã: não foi executada a concorrência pública.

2) Quanto à erosão e inundação (saneamento urbano):

Nas cidades de Erechim, Getúlio Vargas e Uruguaiana não foram executadas obras no corrente exercício. Nas demais cidades prosseguem normalmente a execução das obras, sendo que em Nova Prata já estão concluídas.

Recursos aplicados em 1968: NCr$ 2 169 435,95.